



Beto Oliveira



Deputado Mandetta (DEM-MS)

Presidente da Comissão de Seguridade
Social e Família

Brizza Cavalcante



Deputado Fábio Souto (DEM-BA)

1º Vice-presidente da Comissão de
Seguridade Social e Família

Señor/Secom



Deputado Lael Varella (DEM-MG)

2º Vice-presidente da Comissão de
Seguridade Social e Família

Leonardo Prado



Deputado Antônio Brito (PTB-BA)

3º Vice-presidente da Comissão de
Seguridade Social e Família



TITULARES

Amauri Teixeira PT/BA (Gab. 237-IV)
Angelo Vanhoni PT/PR (Gab. 672-III)
Benedita da Silva PT/RJ (Gab. 330-IV)
Nazareno Fonteles PT/PI (Gab. 640-IV)
Rogério Carvalho PT/SE (Gab. 641-IV)
Darcísio Perondi PMDB/RS (Gab. 518-IV)
Geraldo Resende PMDB/MS (Gab. 905-IV)
Nilda Gondim PMDB/PB (Gab. 833-IV)
Osmar Terra PMDB/RS (Gab. 927-IV)
Saraiva Felipe PMDB/MG (Gab. 429-IV)
Eduardo Barbosa PSDB/MG (Gab. 540-IV)
Marcus Pestana PSDB/MG (Gab. 715-IV)
William Dib PSDB/SP (Gab. 304-IV)
Cida Borghetti PP/PR (Gab. 412-IV)
José Linhares PP/CE (Gab. 860-IV)
Lael Varella DEM/MG (Gab. 721-IV)
Fábio Souto DEM/BA (Gab. 827-IV)
Mandetta DEM/MS (Gab. 577-III)
Maurício Trindade (*) PR/BA (Gab. 456-IV)
Alexandre Roso PSB/RS (Gab. 742-IV)
Rosinha da Adefal PTdoB/AL (Gab. 230-IV)
Dr. Jorge Silva PDT/ES (Gab. 383-III)
Sueli Vidigal PDT/ES (Gab. 812-IV)
Carmen Zanotto PPS/SC (Gab. 503-IV)
Eleuses Paiva PSD/SP (Gab. 658-IV)
Antonio Brito PTB/BA (Gab. 479-III)
Walter Tosta PSD/MG (Gab. 214-IV)
Rosinha da Adefal PTdoB/AL (Gab. 230-IV)
Jandira Feghali PCdoB/RJ (Gab. 622-IV)
João Ananias PCdoB/CE (Gab. 303-IV)
Jhonatan de Jesus PRB/RR (Gab. 535-IV)
Dr. Paulo César PSD/RJ (Gab. 904-IV)

SUPLENTES

Arlindo Chinaglia PT/SP (Gab. 4-I)
Assis Carvalho PT/PI (Gab. 909-IV)
Dr. Rosinha PT/PR (Gab. 474-III)
Erika Kokay PT/DF (Gab. 203-IV)
Padre João PT/MG (Gab. 743-IV)
André Zacharow PMDB/PR (Gab. 238-IV)
Danilo Forte PMDB/CE (Gab. 384-III)
Elcione Barbalho PMDB/PA (Gab. 919-IV)
Íris de Araújo PMDB/GO (Gab. 530-IV)
Rodrigo Bethlem PMDB/RJ (Gab. 585-III)
Bruna Furlan PSDB/SP (Gab. 836-IV)
João Campos PSDB/GO (Gab. 315-IV)
Mara Gabrielli PSDB/SP (Gab. 226-IV)
Iracema Portella PP/PI (Gab. 924-IV)
Roberto Britto PP/BA (Gab. 733-IV)
Toninho Pinheiro PP/MG (Gab. 584-III)
Ronaldo Caiado DEM/GO (Gab. 227-IV)
José Humberto PHS/MG (Gab. 267-III)
Gorete Pereira PR/CE (Gab. 206-IV)
Pastor Eurico PSB/PE (Gab. 369-III)
Paulo Foletto PSB/ES (Gab. 839-IV)
Manato PDT/ES (Gab. 313-IV)
Paulo Rubem Santiago PDT/PE (Gab. 423-IV)
Roberto de Lucena PV/SP (Gab. 235-IV)
Rosane Ferreira PV/PR (Gab. 454-IV)
Arnaldo Faria de Sá PTB/SP (Gab. 929-IV)
Walney Rocha PTB/RJ (Gab. 644-IV)
Pastor Marco Feliciano PSC/SP (Gab. 254-IV)
Jô Moraes PCdoB/MG (Gab. 322-IV)
Onofre Santo Agostini PSD/SC (Gab. 404-IV)
Vitor Paulo PRB/RJ (Gab. 422-IV)
Geraldo Thadeu PSD/MG (Gab. 248-IV)
Nice Lobão PSD/MA (Gab. 215-IV)



CORPO TÉCNICO

LIN ISRAEL COSTA DOS SANTOS	Secretário de Comissão
RONALDO CÉSAR DA SILVEIRA	Assistente de Comissão
ELIANE DE SOUZA CAVALCANTI GONTIJO	Assistente de Comissão
DIÓGENIS DOS SANTOS	Assistente de Comissão
ROBERTA DE AGUIAR COSTA MASCARENHAS	Assistente de Comissão
GABRIELLA BELKISSE CÂMARA R. TAVARES	Assessora do Presidente
ELITA HENRIQUE DE SOUSA	Analista Legislativo
ELIZABETH CHISTINA DA COSTA L. BARBOSA	Analista Legislativo
HONEJOHNNY PEREIRA DA SILVA	Encarregado de Setor
LÍVIA MESENCIO BARINI SHIRAIISHI	Encarregada de Setor
MAURA LOPES FROTA	Encarregada de Setor
MONICA SOUZA FERREIRA	Analista Legislativo
PATRÍCIA SIVEIRA CAVALCANTE	Encarregada de Setor
RUBENS GOMES CARNEIRO FILHO	Encarregado de Setor
CLAUDIA RIBEIRO VIEIRA DE MELLO	Secretária da Presidência
SABRINA FIUZA	Assessora de Imprensa
ANGELA MARQUES DE SOUZA	Pró-adolescente
BRUNO CAMPOS MATOS	Pró-adolescente



SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	5
II- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	7
III–SEMINÁRIOS.....	26
3.1- Seminário Complexo Industrial em Saúde: Inovar é Preciso	
3.2- Seminário Financiamento Público da Saúde	
3.3- Seminário Monitorado Plano Viver Sem Limites	
IV– OUTROS EVENTOS	28
4.1- Discussão da Interpretação da Lei Complementar 141, de 13/01/2012	
4.2 – Reuniões com os Agentes de Saúde	
4.3 - Projeto que Institui a Política Nacional da Pessoa com Autismo	
V- PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO	33
VI-SUBCOMISSÃO.....	59
6.1- Subcomissão Especial destinada a Avaliar os Avanços e Desafios das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em Nosso País	
6.2- Subcomissão Especial para o Ordenamento da Formação de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde e da Educação Permanente na Área da Saúde	
6.3- Subcomissão Especial Destinada a Analisar e Diagnosticar a Situação em que se encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde	
VII- EMENDAS DA COMISSÃO	65
7.1- Emendas à LDO	
7.2- Emendas à LOA	
VIII–QUADRO ESTATÍSTICO	68



I - APRESENTAÇÃO

Presidir a Comissão de Seguridade Social e Família em 2012 foi uma responsabilidade e uma alegria muito grande, por se tratar da principal comissão de políticas sociais do Congresso Nacional, onde são discutidos os projetos relacionados à saúde, previdência, assistência social e família, temas que impactam diretamente na vida dos cidadãos brasileiros.

A despeito de ser um ano de eleições municipais, houve, na Comissão, um aproveitamento muito acima da média, não apenas em quantidade, mas também na qualidade dos projetos, com ritmo intenso de votações e apreciações de requerimentos e audiências públicas. Ao todo, votamos 173 projetos, sendo 123 deles aprovados. Realizamos 58 audiências públicas e 03 seminários. Neste sentido, gostaria de enaltecer e agradecer o compromisso e o empenho de todos os membros desta Comissão de Seguridade que, em esforço conjunto, tornaram possíveis tantas reuniões produtivas.

Destaco a aprovação do projeto que regulamenta o funcionamento das Organizações Não Governamentais, assim como da proposição que trata das novas regras para a aposentadoria de pessoas com deficiência. Este último trazendo justiça previdenciária para os portadores de deficiências graves e que não atingem a idade mínima de 60 anos para as mulheres ou 65 anos, no caso dos homens, pois apresentam expectativa de vida menor.

A aprovação do Projeto de Lei 1.631/2011, que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi ainda uma grande vitória. O projeto ganhou força e, com o apoio e engajamento dos membros desta Comissão, foi aprovado, em tempo recorde, no Plenário da Câmara e do Senado Federal, já tendo sido transformado em lei.

Nesta Comissão, os profissionais de saúde conquistaram grandes avanços em seus direitos trabalhistas, destacando-se a aprovação da carga horária de 30 horas semanais para profissionais da Assistência Social, Farmácia e Nutrição. Além da luta permanente para levarmos ao Plenário o projeto que trata das 30 horas da enfermagem. Registre-se ainda, o empenho desta Comissão para a aprovação do piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde, muitas vezes, servindo até como mediador desta negociação entre estes trabalhadores e o Executivo

Federal.

Para finalizar o ano, de forma inédita, deliberamos por unanimidade nas Comissões de Seguridade, da Câmara, e de Assuntos Sociais, do Senado o questionamento à Comissão Mista do Orçamento para que despesas extras àquelas definidas na regulamentação da Emenda 29 não fossem lançadas no Orçamento da União. Assim, evitamos prejuízos para o sistema de saúde, buscando que efetivamente seja cumprido o fruto da árdua luta pela regulamentação da supracitada emenda, para que os entes federativos cumpram seus mínimos constitucionais e lancem apenas as despesas efetivamente relacionadas à saúde.

Desta maneira, esta publicação vem para que estas conquistas tão importantes sejam divulgadas e sempre lembradas. Trazemos aqui o histórico de todas as proposições apreciadas, das emendas da comissão apresentadas ao orçamento, assim como das audiências públicas, dos seminários, das subcomissões e dos outros eventos realizados ao longo deste ano legislativo.

Por fim, deixo o meu muito obrigado a todos os deputados que contribuíram com este ano de trabalho, tanto os membros da Comissão, como os que nos visitaram em nossas reuniões; a todos os funcionários da Comissão de Seguridade, que tão bem auxiliaram os nossos trabalhos; a assessoria técnica da Casa, que se manteve sempre pronta a nos ajudar; e a todos que ajudaram direta ou indiretamente, para que tivéssemos um ano tão produtivo.

Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS)
Presidente da CSSF



II - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1- Debater assuntos pertinentes ao Ministério da Saúde



Diogo Xavier

Data: 21/03/2012

Solicitação do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

CONVIDADOS:

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR, Secretário de Atenção à Saúde, representando o Senhor Ministro de Estado da Saúde, ALEXANDRE PADILHA.

2- Dar visibilidade à tuberculose como problema de saúde pública no Brasil



Leonardo Prado

Data: 27/03/2012

Requerimento nº158 do Deputado Antônio Brito (PTB-BA).

CONVIDADOS:

CARLOS BASÍLIA, Secretário Executivo do Fórum ONGs Tuberculose -RJ;
CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE, Vice-Presidente do GAPA/

RS - Grupo de Apoio a prevenção da AIDS no Rio Grande do Sul;
GERMANO GERHARDT FILHO, Presidente da Fundação Ataulpho de Paiva - RJ;
JARBAS BARBOSA, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

3- Debater questões relacionadas à regulamentação da Emenda Constitucional 63, que trata da criação do Piso Salarial Nacional e as diretrizes do Plano de Carreira dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias

Data: 29/03/2012

Requerimento nº 156 do Deputado João Campos (PSDB-GO) e subscrito pelos Deputados Eleuses Paiva (PSD-SP), Geraldo Resende (PMDB-MS), Amauri Teixeira (PT-BA), Rogério Carvalho (PT-SE), Roberto de Lucena (PV-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Benedita da Silva (PT-RJ),

Simplício Araújo (PPS-MA), Willian Dib (PSDB-SP), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) e Pastor Marco Feliciano (PSC-SP).

CONVIDADOS:

RAIMUNDO DE MATOS, Deputado Federal; BENJAMIN MARANHÃO, Deputado Federal; DOMINGOS DUTRA, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; RUTH BRILHANTE, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde.

4- Discutir sobre o direito à comunicação, à informação e o universo da surdez, bem como sobre as soluções em acessibilidade necessárias à plena inclusão social da pessoa com deficiência auditiva usuárias da língua portuguesa

Data: 03/04/2012

Requerimento nº 174 dos Deputados Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

CONVIDADOS:

EUGÊNIA FÁVERO, Procuradora da República no Estado de São Paulo; ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA, Secretário Nacional de Promoção

dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ANAHI GUEDES, Membro do Grupo de Pesquisa em Acessibilidade e Tecnologias do Laboratório de Experimentação Remota da Universidade Federal de Santa Catarina; SÔNIA DE ALMEIDA, Socióloga, ativista e articulista do Blog Surdos Usuários da Língua Portuguesa.

5- Debater a Campanha da Fraternidade 2012 que traz o tema: que a saúde se difunda sobre a terra



Data: 10/04/2012

Requerimento nº 171 do Deputado Amauri Teixeira (PT-BA) e subscrito pelos Deputados Eleuses Paiva (PSD-SP), Roberto de Lucena (PV-SP), Geraldo Resende (PMDB-MS), Dr. Aluizio (PV-RJ), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Rogério Carvalho (PT-SE), Antônio Brito (PTB-BA) e Chico D' Angelo (PT-RJ).

CONVIDADOS:

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, Membro da equipe de apoio à Pastoral da Saúde para a América Latina e Representante da CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; JURANDI FRUTUOSO, Secretário Executivo do CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde; JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE, Secretário Executivo do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde;

6- Discutir as formas de câncer e seus tratamentos



Data: 17/04/2012

Requerimento nº 152 do Deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) e subscrito pela Deputada Cida Borghetti (PP-PR).

CONVIDADOS:

LUIZ ANTONIO SANTINI, Diretor Geral do Instituto Nacional do Câncer - INCA;

ROBERTO PORTO FONSECA, Pre-

sidente da Sociedade Brasileira de Cancerologia

CLARICE ALEGRE PETRAMALE, Diretora da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde

7- Debater a situação das brasileiras com próteses mamárias de silicone, das marcas PIP (francesa) e ROFIL (holandesa)



Data: 19/04/2012

Requerimento nº 153, do Deputado Eleuses Paiva (PSD-SP) e subscrito pelos Deputados Alexandre Roso (PSB-RS) e Cida Borghetti (PP-PR).

CONVIDADOS:

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO, Presidente da Agência Na-

cional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
CARLOS ALBERTO RUIZ, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, representando a Associação Médica Brasileira - AMB;
DENIS CALAZANS LOMA, Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - SBC.

8- Debater as regras para a fiscalização da rede privada de saúde



Data: 24/04/2012

Requerimento nº 192 da Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

CONVIDADOS:

ANDERSOM MESSIAS SILVA FAGUNDES, Coordenador Substituto de Atenção Hospitalar da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; EMMANOEL FOR-

TES SILVEIRA CAVALCANTI, Representante do Conselho Federal de Medicina; BENNO KREISEL, Vice - Presidente da Federação Brasileira de Hospitais; BRUNO SOBRAL DE CARVALHO, Diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar; MARIA IRANEIDE FACCHINI, Procuradora Regional da República da 3ª Região - São Paulo; DIANA NUNES DE OLIVEIRA, Gerente Geral de Tecnologias em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

9- Discutir os benefícios e malefícios do uso da maconha (cannabis sativa) para saúde



Data: 26/04/2012

Requerimento nº 168 do Deputado Roberto de Lucena (PV-SP) e subscrito pelos Deputados Eleuses Paiva (PSD-SP) e Paulo Rubem Santiago (PDT-PE).

CONVIDADOS:

RENATO MALCHER LOPES, Professor Adjunto do Departamento de Fisiologia da Unb;

GIDEON DOS LAKOTAS, Escritor e Pesquisador;

MARISA LOBO, Psicóloga Clínica especialista em Saúde Mental

FERNANDO FRANCISCHINI, Deputado Federal

10- Discutir a questão da real necessidade de interdição total das pessoas com deficiência intelectual e paralisia cerebral severa



Data: 03/05/2012

Requerimento nº 175 da Deputada Rosinha da Adefal (PCdoB-AL) e subscrito pelo Deputado Mandetta (DEM-MS).

CONVIDADOS:

ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

EUGENIA AUGUSTA GONZAGA FÁVERO, Procuradora da República em São Paulo

FRANCISCO ALEXANDRE DOURADO MAPURUNGA, Conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado do Ceará.

11- Debater a importância da instituição da Semana de Mobilização Nacional contra a Obesidade Infantil



Alexandra Martins

Data: 08/05/2012

Requerimento nº 173 do Deputado Alexandre Roso (PSB-RS) e subscrito pelo Deputado Paulo Rubem Santiago (PD-T-PE).

CONVIDADOS:

ROSANA RADOMINSKI, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome

Metabólica - ABESO; VILMA MORAES BARROS, Nutricionista Clínica
JOÃO LUIZ CESARINO DA ROSA, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN

PATRÍCIA JAIME, Coordenadora Geral de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

12- Debater o momento político, econômico e social e o fim do fator previdenciário



Leonardo Prado

Data: 15/05/2012

Requerimento nº 162 do Deputado Amauri Teixeira (PT-BA) e subscrito pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Roberto de Lucena (PV-SP).

CONVIDADOS:

ÁLVARO SOLON DE FRANCA, Presidente da ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Re-

ceita Federal; MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA, Diretor Geral da Casa do Aposentado da Bahia

LEONARDO JOSÉ ROLIM, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social

PEDRO ARMENGOL, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores - CUT

13- Debater a importância da aprovação da PEC 555/2006



Alexandra Martins

Data: 17/05/2012

Requerimento nº 161 do Deputado Amauri Teixeira (PT-BA).

CONVIDADOS:

ÁLVARO SOLON DE FRANÇA, Presidente da ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

LEONARDO JOSÉ ROLIM, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social;

PEDRO ARMENGOL, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores - CUT

JOSEMILTON MAURÍCIO DA COSTA, Presidente da CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

EDSON GUILHERME HALBERT, Instituto dos Servidores Aposentados e Pensionistas - MOSAP

PAULO LINO, Diretor do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL - SP

14- Debater o enfrentamento às emergências e calamidades por parte do Poder Público



Alexandra Martins

Data: 22/05/2012

Requerimento nº 178 dos Deputados Rogério Carvalho (PT-SE) e subscrito pelos Deputados Amauri Teixeira (PT-BA), Símplicio Araújo (PPS-MA) e Eleuses Paiva (PSD-SP).

CONVIDADOS:

CELSO SANTOS CARVALHO, Diretor de Assuntos Fundiários Ur-

banos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades; CORONEL HUMBERTO VIANA, Secretário Nacional de Defesa Civil - SEDEC; MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS, Coordenadora Geral dos Serviços de Acolhimento do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; JOSÉ MAGALHÃES DE SOUSA, Assessor Nacional da Cáritas Brasileira para Gestão de Riscos e Emergências;

15- Discutir o anexo II do relatório da Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e outros Insumos, que busca estabelecer a não patenteabilidade de medicamentos que possam ser utilizados no diagnóstico e terapêutica das doenças negligenciadas; e promover a produção de medicamentos para o tratamento sem o pagamento de royalties

Leonardo Prado



Data: 24/05/2012

Requerimento nº 211 do Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

CONVIDADOS:

JORGE BERMUDEZ, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da FIOCRUZ; LIANE LAGE, Diretora de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual; RICARDO MARQUES, Membro Titular do Comitê de Propriedade Intelectual da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades; GUSTAVO MORAIS, Coordenador de Assuntos Farmacêuticos da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual; ERIC STOBBAERTS, Diretor Regional da DNDI

16- Debater o Projeto de Lei nº 6.820/2010, que altera a lei nº 6.259 de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacinação antipapilomavírus humano (HPV) à população

Alexandra Martins



Data: 29/05/2012

Requerimento nº 185 do Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS).

CONVIDADOS:

ETELVINO DE SOUZA TRINDADE, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; LUISA VILLA LINA, Docente da Faculdade de Medicina da USP e Coordenadora do Instituto HPV da Santa Casa de São Paulo CARLA MAGDA DOMINGUES, Coordenadora Geral do Programa Nacional de Imunização da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; MAURO ROMERO LEAL PASSOS, Coordenador do Centro de Referência em Doenças Sexualmente Transmissíveis da Universidade Federal Fluminense

17- Debater exigências impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para compra de medicamentos

Data: 31/05/2012

Requerimento nº 204 dos Deputados Geraldo Thadeu (PSD-MG) e Walter Tosta (PSD-MG) e subscrito pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

CONVIDADOS:

SÉRGIO BARRETO, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias;

HENRIQUE TADA, Diretor Técnico Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais; JORGE RAIMUNDO, Presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa; MARIA EUGÊNIA CURY, Gerente Geral do Núcleo de Gestão do Sistema Nacional de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária da Anvisa;

18- Examinar a Medida Provisória 568/12 - Reunião Conjunta de Audiência Pública (CTASP, CSSF e CDH)

Data: 05/06/2012

Requerimentos nºs 149/12 e 153/12 de autoria dos Deputados Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) e Alice Portugal (PCdoB-BA), respectivamente.

CONVIDADOS:

MÍRIA BELCHIOR, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; ALEXANDRE PADILHA, Ministro

da Saúde; JOSEMILTON DA COSTA, Secretário Geral da Condsef; MARINA PINTO, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS, Secretário de Assuntos Jurídicos da FNM; RUTH BRILHANTE, Presidente da Conacs; ROBERTO D'AVILA, Presidente do CFM; EMERSON DOMINGOS JÚNIOR, Presidente do Dnocs; GEILSON DE OLIVEIRA, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; AMÂNCIO PAULINO, Representante da UFRJ; FLORENTINO CARDOSO, Presidente da AMB; SANDRO CEZAR, Secretário de Comunicação da CNTSS; JANINE TEIXEIRA, Coordenadora Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico - Fasubra.

19- Esclarecimentos sobre a execução dos projetos e das políticas públicas de competência do SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas



Data: 14/06/2012

Requerimento nº 205, do Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP).

CONVIDADOS:

ROBERTO TYKANORI KINOSHITA, Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde

CARLA DALBOSCO, Diretora de

Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

MARCELO MAGALHÃES ANDRADE, Psicólogo do Conselho Federal de Psicologia

MARISA LOBO, Psicóloga

20- Debater a Responsabilidade Sanitária



Data: 19/06/2012

Requerimento nº 177 do Deputado Rogério Carvalho (PT-SE) e subscrito pelos Deputados Amauri Teixeira (PT-BA) e Saraiva Felipe (PMDB-MG).

CONVIDADOS:

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS, Assessor Especial do Ministério da Saúde

JOVITA JOSÉ ROSA, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde

JOSÉ ÊNIO SERVILHA DUARTE, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS

RENE JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS, Conselheiro do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS

21- Discutir a questão da necessidade de acessibilidade nas eleições, como medida de garantia do exercício da cidadania e da participação pública e política das pessoas com deficiência no processo democrático e político do País



Data: 21/06/2012

Requerimento nº 215 da Deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) e subscrito pelo Deputado Mandetta (DEM-MS).

CONVIDADOS:

MINISTRA CARMEM LÚCIA ANTUNES ROCHA, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

ANTÔNIO JOSÉ NASCIMENTO

FERREIRA, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; FLÁVIO SCAVASIN, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome de Talidomida

22- Discutir o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que visa sustar a aplicação do Parágrafo Único do Artigo 3º e Artigo 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1, de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a questão da orientação sexual com problema de infertilidade pelo Sistema Único de Saúde - SUS



Data: 28/06/2012

Requerimento nº 167, do Deputado Roberto de Lucena (PV-SP) e subscrito pelo Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)

CONVIDADOS:

ANDRÉA LOPES, Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Promoção, Igualdade de Oportunidades e

Eliminação da Discriminação no Trabalho do MP do Trabalho; RODOLFO PONCE DE LEON, Gerente de Saúde Familiar e Ciclo de Vida da OMS; MARISA LOBO, Psicóloga com especialização em psicologia da sexualidade; CLAUDEMIRO SOARES, Autor do livro “A Homossexualidade Masculina”; LUCIANO GARRIDO, Psicólogo

23- Discutir o Projeto de Lei nº 3.338, de 2008, que visa fixar a carga horária de psicólogos e dá outras providências



Leonardo Prado

Data: 03/07/2012

Requerimento nº 189 do Deputado Eleuses Paiva (PSD-SP).

CONVIDADOS:

ROGÉRIO GIANNINI, Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo

FERNANDA MAGANO, Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos

gos

EDUARDO BUENO DA FONSECA PERILLO, Consultor da Federação dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo- FEHOESP

24- Discutir a isenção de ICMS para os preservativos



Alexandra Martins

Data: 05/07/2012

Requerimento nº 180 do Deputado Chico D' Angelo (PT-RJ).

CONVIDADOS:

MARTA MCBRITTON, Representante do Instituto Cultural Barong
DIRCEU GRECO, Diretor do Departamento Vigilância, Prevenção e Controle da DST, Aids e HV do

Ministério da Saúde

DANIEL MARUN, Diretor da DKT do Brasil

LEANDRO SAFATLE, Assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde

25- Discutir o acesso à reprodução assistida de casais com problema de infertilidade pelo Sistema Único de Saúde - SUS



Antônio Augusto

Data: 10/07/2012

Requerimento nº 202 dos Deputados João Ananias PCdoB-CE), Chico Lopes (PCdoB-CE), Jô Moraes (PCdoB-MG) e Luciana Santos (PCdoB-PE) e assinado pelos Deputados Geraldo Resende (PMDB-MS) e João Campos (PSDB-GO)

CONVIDADOS:

THEREZA DE LAMARE FRANCO

NETTO, Diretora Substituta do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde; SEBASTIÃO EVANGELISTA TORQUATO, Médico Especialista em Reprodução Humana; WALDEMAR NAVES DO AMARAL, Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana; JORGE LUIS DA CUNHA CARVALHO, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar

26- Discutir a inclusão do Dia Nacional da Igreja o Brasil para Cristo e o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano no Calendário Nacional



Renato Araújo

Data: 30/08/2012

Requerimento do Deputado Roberto de Lucena (PV-SP).

CONVIDADOS:

Bispo ANDERSON CALEB SOARES DE ALMEIDA

Pastor LUIS FERNANDES BERGAMIM

Pastor VITOR AMORIM CLAVELAND

Pastor ORLANDO SILVA

27- Debater a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que veda a comercialização de medicamentos inibidores de apetite



Leonardo Prado

Data: 09/10/2012

Requerimento nº 258 das Deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG) e Alice Portugal (PCdoB-BA).

CONVIDADOS:

FRANCISCO JOSÉ PAUMGARTEN, Coordenador da Câmara Técnica de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

DIMITRI GABRIEL HOMAR, Representante do Conselho Federal de Medicina

JOSÉ LUIS MIRANDA MALDONADO, Assessor Técnico do Conselho Federal de Farmácia

ROSANA RADOMINSKI, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica e Representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia

PAULO GIORELLI, Diretor Geral da ABRAN

28- Discutir a situação da Farmácia Popular



Alexandra Martins

Data: 16/10/2012

Requerimento nº 251 do Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

CONVIDADOS:

JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde; AUGUSTO AFONSO GUERRA, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais; CARLOS DE FREITAS, Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do TCU;

WILSON DUARTE ALECRIM, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; ELTON CHAVES, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

29- Debater a situação da saúde indígena



Nilson Bastian

Data: 18/10/2012

Requerimento n° 184 do Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) e requerimento n° 190/12 do Deputado Amauri Teixeira (PT-BA).

CONVIDADOS:

JORGE OLIVEIRA DUARTE, Representante do Conselho Nacional da Saúde

KLEBER LUIZ SANTOS DOS SANTOS, Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB
FERNANDO DA SILVA SOUZA, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul-CONDISE
ANTÔNIO ALVES DE SOUZA, Secretário Especial de Saúde Indígena

30- Discutir a iniciativa popular para recolocar a discussão sobre os investimentos obrigatórios do Governo Federal e 10% de suas receitas brutas no Sistema Público de Saúde



Lúcio Bernardino Jr

Data: 30/10/2012

Requerimento n° 252 do Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

CONVIDADOS:

Deputado DINIS PINHEIRO, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

31- Discutir o exercício profissional do psicólogo, a ética e o respeito à homoafetividade



Data: 06/11/2012

Requerimento nº 239, da Deputada Érika Kokay PT/DF e subscrito pelos Deputados Pastor Eurico (PSB-PE) e Pastor Marco Feliciano (PSC-SP).

CONVIDADOS:

ANA PAULA UZIEL, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psico-

logia; TONI REIS, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
FRANCISCO CORDEIRO, Consultor Nacional da OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil.

32- Sistema de gestão e formas de ampliação do financiamento do Plano de Saúde da GEAP - Fundação de Seguridade Social e medidas para o seu fortalecimento



Data: 08/11/2012

Requerimento nº 236 da Deputada Érika Kokay (PT-DF).

CONVIDADOS:

PEDRO ARMENGOL, Secretário Adjunto de Relação do Trabalho e Coordenador do Setor Público da Central Única dos Trabalhadores

CLEUZA DO NASCIMENTO, Diretora da Secretaria de Seguridade Social da FENASPS; CIDA DIOGO, Diretora Técnica da GEAP
SÉRGIO CARNEIRO, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento

33- Debater o Projeto de Lei nº 1187, de 2011, que altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal e de Auxiliar em Saúde Bucal, para instituir piso salarial profissional nacional



Renato Araújo

Data: 13/11/2012

Requerimento nº 214 do Deputado Rogério Carvalho (PT-SE).

CONVIDADOS:

MIRACI ASTUN, Coordenadora Geral de Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde

JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE,

Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS

ELIANA PONTES DE MENDONÇA, Secretária Executiva da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS

IRENE RODRIGUES DOS SANTOS, Secretária de Saúde da CONFETAM - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal

34- Discutir o Projeto de Lei 1475/11 da Senhora Lauriete, que institui o termo de esclarecimento prévio para procedimentos que impliquem risco cirúrgico ou anestésico ao usuário



Leonardo Prado

Data: 20/11/2012

Requerimento da Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

CONVIDADOS:

ROGÉRIA DE LUCENA, Representante da Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde

CARLOS LIMA, Conselheiro do

Conselho Federal de Medicina

MÁRCIO FLORENTINO PEREIRA, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Saúde

35- Discutir o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que visa sustar a aplicação do Parágrafo Único do Artigo 3º e Artigo 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº1, de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a questão da orientação sexual



Alexandra Martins

Data: 27/11/2012

Requerimento nº 266, do Deputado Mandetta (DEM-MS) e subscrito pelos Deputados Pastor Marco Feliciano (PS-C-SP), Pastor Eurico (PSB-PE) e Benedita da Silva (PT-RJ)

CONVIDADOS:

SILAS MALAFAIA, Pastor Líder da Igreja Assembléia de Deus Vitória em Cristo; HUMBERTO VERONA, Presidente do Conselho Federal de Psicologia; MARISA LOBO, Escritora e Psicóloga com especialização em psicologia da sexualidade; TONI REIS, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

36- Discutir o Projeto de Lei Complementar nº 555, de 2012, que Regulamenta o inciso III do §4º do art. 40 da Constituição, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou integridade física



Sabrina Fuza

Data: 29/11/2012

Requerimento nº 238 da Deputada Érika Kokay (PT-DF) e subscrito pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

CONVIDADOS:

THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA, Representante da Advocacia Riedel; SÍLVIO ZERBINI BORGES, Diretor da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas do Sindicato dos Odontologistas do DF; DAGOBERTO LEMOS, Diretor de defesa profissional do Sindifisco Nacional; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Coordenadora de Saúde e Segurança do Trabalho na SEAP; ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA, Presidente do Conselho Executivo da ANFIP-Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

37- Discutir o Projeto de Lei nº 1.448 de 2011, que altera o ECA e o Estatuto do Desarmamento sobre prática de tiro de treinamento ou de competição



Lucio Bernartto, Jr

Data: 04/12/2012

Requerimento nº 269 da Deputada Carmen Zanotto (PPS-SC).

CONVIDADOS:

Cel. ACHILES SANTOS JACINTO FILHO, Assessor da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército
DEMÉTRIUS DA SILVA OLIVEIRA,

Assessor da Presidência da Confederação Brasileira de Tiro Prático
CEL. RONALDO BINARI DA SILVA FREIRE, Representante da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo

38- Discutir o PL 3661/2012, que altera a Lei nº 7394, de 29 de outubro de 1985, para dispor sobre o exercício das profissões de Técnico e Tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciências Radiológicas; revoga dispositivos da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002; e dá outras providências



Sabrina Fluzza

Data: 06/12/2012

Requerimentos nºs 220 do Deputado Eleuses Paiva (PSD-SP) e 257 da Deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

CONVIDADOS:

MANOEL DA SILVA, Presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem; VALDELICE TEODORO, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia;

ROBERTO LUIZ D'ÁVILA, Presidente do CFM; SILVIO JOSÉ CECCHI, Presidente do Conselho Federal de Biomedicina; IVAN DE ALMEIDA, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear; PAULO WOLLINGER, Diretor de Ensino da Reitoria do Instituto Federal de Santa Catarina; EDMARIO ANTONIO GUIMARÃES COSTA, Presidente da Associação Brasileira de Física Médica



III - SEMINÁRIOS

1- SEMINÁRIO COMPLEXO INDUSTRIAL EM SAÚDE: INOVAR É PRECISO



Sabrina Fluzza

Data: 30/05/2012

Promoção:

Ministério da Saúde

Comissão de Seguridade Social e Família
da Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

REGINALDO ARCURI, Presidente
Executivo Grupo FARMABRASIL

REINALDO GUIMARÃES, Diretor de Propriedade Intelectual da ABI-FINA; JORGE RAIMUNDO, Presidente do Conselho Consultivo da INTERFARMA; LUCIANA COUTINHO, Presidente do BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento; ZICH MOYSES JUNIOR, Diretor Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde - SCTIE / Ministério da Saúde

2- SEMINÁRIO FINANCIAMENTO PÚBLICO DA SAÚDE – SUS



Alexandra Martins

Data: 27/06/2012

CONVIDADOS:

SÉRGIO FRANCISCO PIOLOA,
IPEA

GILSON CARVALHO, Médico Sanitarista

MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES, Secretária Executiva
da Comissão Nacional de Residência Médica;

FLORENTINO CARDOSO, AMB; MILTON DE ARRUDA MARTINS, Faculdade de Medicina da USP; CARLOS VITAL, Conselho Federal de Medicina; JURANDI FRUTUOSO, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; GERALDO FERREIRA FILHO, FENAM

3- MONITORAMENTO DO PLANO VIVER SEM LIMITES (Seminário com a Participação da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência)



Data: 11/12/2012

Requerimento nº 155/12 da Deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) e do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

CONVIDADOS:

MOISÉS BAUER LUIZ, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Defici-

ência-CONAD

ELIAS VIEIRA DE OLIVEIRA, Assessor da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência-SDH

CÊSAR VINÍCIUS MIRANDA LOPES, Consultor da Coordenação da Área Técnica 'Saúde da Pessoa com Deficiência' do Ministério da Saúde

ROSANA CIPRIANO JACINTO DA SILVA, Coordenadora Geral da Política Pedagógica da Educação Especial do Ministério da Educação/DPEE/SECADI/MEC

ELYRIA BONETTI YOSHIDA CREDIDIO

Coordenadora Geral de Acompanhamento dos Beneficiários do Departamento de Benefícios Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social-MDS

Deputada ROSINHA DA ADEFAL

Deputado EDUARDO BARBOSA



IV - OUTROS EVENTOS

1- Discussão da interpretação da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados estabeleceu um novo patamar nas relações com o Poder Executivo ao discutir as interpretações dadas à Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, com relação à elaboração do Orçamento de 2013, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal – CAS/SF.

Foram realizadas reuniões da Presidência desta Comissão com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério da Saúde, com que resultou na manifestação das duas Comissões temáticas de cada Casa. O Relator Setorial da Saúde, Senador Flexa Ribeiro, ratificou integralmente o entendimento e adotou os fundamentos dos seus pareceres para reclassificar as 06 (seis) despesas federais afetas a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS; Hospitais universitários – REHUF; Resíduos Sólidos; Saneamento Básico e academias de saúde.

O entendimento das Comissões Temáticas consubstanciado no Relatório Setorial da Saúde foi aprovado pela CMO em 12 de dezembro último, durante a apreciação dos relatórios setoriais, no sentido de que a Comissão Mista ratificasse a posição adotada pela CAS e CSSF no que diz respeito às divergências de interpretação afetas à Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012. Entretanto, o Relator Geral, posicionou-se acompanhando o Relatório da Saúde apenas quanto às despesas da “ANS, saneamento, resíduos sólidos e academias de saúde”, não seguindo este entendimento em relação à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS e dos Hospitais Universitários do Ministério da Educação (MEC).

Quanto à Hemobrás, o entendimento firmado foi de que a obrigatoriedade de aplicação mínima prevista no § 2º do art. 198 da Constituição referia-se especificamente às despesas realizadas pelos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) com “ações e serviços de saúde”, e não com “participação em capital social de

empresas”, ainda que tais empresas viessem a atuar na produção, aquisição e distribuição de hemoderivados. Dessa forma, a menos que outro fosse o entendimento, não haveria como se considerar a realização de dispêndios com a “constituição da empresa” como despesas com produção de hemoderivados (cf. inciso V do art. 3º da LC nº 141/2012).

Além disso, segundo o art. 2º da Lei nº 10.972, de 2004 (que autoriza a criação da Hemobrás), a empresa tem por finalidade a exploração direta de atividade econômica, nos termos do art. 173 da Constituição Federal. Tratava-se, portanto, de pessoa jurídica de direito privado cuja atividade se fundamentaria em preceitos comerciais, o que não se coadunaria com o campo ou a forma de atuação inerentes à Seguridade Social e constitucionalmente submetidos à competência e responsabilidade diretas dos entes federados (cf. art. 194 e parágrafo único do art. 199 da CF).

Ainda quanto a tais aspectos, considerou-se que a vedação prevista no § 4º do art. 199 da Constituição, referente à comercialização relacionada à “remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como à coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados”, não desnaturaria a natureza comercial da empresa e não afastaria a possibilidade de percepção de outras receitas afetas aos serviços prestados (cf. expressamente previsto no §1º do art. 2º e art. 6º da Lei nº 10.972, de 2004) ou de ser ressarcida pelo SUS por insumos, materiais, exames realizados para a seleção de sangue, componentes ou derivados, bem como honorários por serviços médicos prestados na assistência aos pacientes e aos doadores (cf. art. 2º parágrafo único da Lei nº 10.205, de 2001, e art. 2º da Lei nº 10.972, de 2004).

Portanto, a “forma” comercial da entidade não se adequaria à Saúde Pública e impediria que a produção da empresa viesse a ser considerada para fins de piso; de fato, quando em efetiva operação, a entidade constaria do Orçamento de Investimento das Estatais (art. 165, §5º, II, da CF) o que já a afastaria do cômputo do piso constitucional inerente ao Orçamento da Seguridade Social, não se justificando assim que despesas com a fase de constituição da entidade viessem a ser computadas no mínimo federal da saúde.

Tal situação não alcançaria o cômputo no piso dos recursos que viessem a ser despendidos pelo SUS com o ressarcimento da Hemobrás pela produção e fornecimento de hemoderivados (LC nº 141, de 2012, art. 3º, V).

Em relação às despesas com os hospitais MEC, considerou-se que

os parâmetros para que determinados gastos sejam considerados no piso constitucional da saúde não podem ser buscados na organização dos SUS, nas suas atribuições, ou mesmo em um conceito amplo de saúde, mas sim nas disposições expressas da LC nº 141, de 2012.

Dessa forma, não se trata de questionar que as atividades desenvolvidas pelos Hospitais Universitários do MEC possam (e devam) ser consideradas como saúde, conforme previsto na Carta Política e na Lei nº 8.080/90. Porém, segundo o disposto na EC nº 29, de 2000, e, principalmente, no art. 2º, III, da LC nº 141, de 2012, não é esse conceito amplo de saúde que deve ser utilizado para fins de apuração do piso constitucional do setor.

Por meio do Decreto nº 7.082, de 2010, foi instituído o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, destinado à reestruturação e à revitalização dos hospitais das universidades federais. Segundo a Norma, o REHUF tem como objetivo criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência à saúde.

Tratando-se de unidade com dimensões de ensino, pesquisa e extensão (como prevê o decreto) e, principalmente, vinculada a outra pasta (Ministério da Educação), as despesas não deveriam se sujeitar ao câmputo no mínimo constitucional da União. Vale dizer, as despesas são relacionadas à saúde (bem como à educação), mas não de responsabilidade específica do Ministério da Saúde, como exige o art. 2º, III, da LC nº 141, de 2012.

É importante ainda mencionar que os hospitais universitários são hoje unidades orçamentárias específicas do MEC e que a LC nº 141, de 2012, ao tratar dos recursos mínimos a serem aplicados em saúde pela União determinou que “fossem repassados ao Fundo Nacional de Saúde e às demais unidades orçamentárias que compõem o órgão Ministério da Saúde, para ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde”. Portanto, entendeu-se que não se justifica computar nos recursos mínimos de aplicação em saúde dotações consignadas ao Fundo Nacional de Saúde para atender unidades orçamentárias de outro Órgão.

Por fim, deve-se mencionar que o SUS já remunera esses hospitais pela prestação de serviços à população. Tal remuneração é realizada por meio da ação “8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade”, que se destina justamente ao repasse de recursos para custeio da atenção de média

e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde.

Tais considerações integram o entendimento da Comissão, acolhido em parte pelo Relator Geral da CMO. O Parecer aguarda apreciação pelo Congresso Nacional e, uma vez aprovado, inaugurará uma nova forma de relação entre o Poder Executivo e o Legislativo no que diz respeito à elaboração orçamentária.

2- Reunião com os agentes de saúde



Sabrina Fluzza

Deputados em reunião com os Agentes Comunitários de Saúde na Sala da Presidência da CSSF

Ao longo do ano de 2012, a Comissão de Seguridade Social e Família se reuniu diversas vezes com os Agentes Comunitários de Saúde com o intuito de apoiá-los na luta pela aprovação do Projeto de Lei 7.495/2006, que trata do piso salarial da categoria.

A Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, Ruth Brilhante, manteve a categoria mobilizada durante todo o ano. Ela lembrou que o piso foi aprovado pela Emenda Constitucional 63.

A Comissão também promoveu reuniões com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha e com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e Conselho Nacional de Secretários Municipais - CONASEMS.

Os agentes pediram que em 2013 fosse estabelecido o piso de R\$ 935 e que seja implantado de forma progressiva, com o objetivo de garantir que nenhum agente comunitário receba menos que este valor.

As negociações continuarão em 2013.

3- Projeto que Institui a Política Nacional da Pessoa com Autismo



Sabrina Fluzza

Deputada Mara Gabrielli, relatora do projeto, lê o relatório

No ano de 2012, a Comissão de Seguridade Social e Família deliberou diversos projetos ligados às pessoas com deficiência. Dentre esses, podemos destacar o Projeto de Lei 1.631/2011, do Senado Federal, aprovado dia 04 de julho, que “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” e define o portador deste transtorno como deficiente para todos os efeitos legais.

De acordo com o projeto, o autista terá mais direitos, entre eles o tratamento especializado na rede pública de saúde. Também assegura o direito do autista de participar de planos privados de assistência à saúde, além de garantir direitos básicos como educação, moradia, trabalho, previdência e assistência social.

A proposta altera ainda o texto do Estatuto do Servidor (8.112/90) para garantir horário especial de trabalho ao funcionário que tenha um autista em sua família.

Para a relatora do projeto, deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), o autista apresenta impedimento de longo prazo que, em interação com barreiras ambientais e atitudinais, dificultam e por vezes impedem sua inclusão e efetiva participação social, por isso são consideradas pessoas com deficiência.

A parlamentar alerta que as condições atuais em que vivem os autistas é “dramática”. Segundo ela, pessoas autistas estão vivendo literalmente encarceradas atrás de grades, convivendo com a insalubridade dos dejetos humanos e a desnutrição. Por isso, defende o novo marco legal, que representa mais dignidade aos autistas.

A relatora apresentou três emendas ao texto e rejeitou o Projeto de Lei 1813/2011, apensado, pois “o PL 1631/11 é um elemento fundamental que supera o simbolismo para tornar-se valor por si só”.

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para votação no Plenário.



V - PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO

PDC-492/2011

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo de Previdência Social e seu Protocolo Adicional entre o Brasil e a Alemanha, assinado em Berlim, em 3 de dezembro de 2009.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação. Em 14/03/12.

PL-5218/2009

PAULO PIMENTA - Dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos, na Administração Pública Federal, a serem providos por pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, e do PL 2485/2011, apensado, com substitutivo, pela aprovação parcial do PL 1113/2011, apensado, e pela rejeição do PL 1196/2011, e do PL 2265/2011, apensados. Em 28/03/12.

PL-6146/2009

ARLINDO CHINAGLIA - Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, a fim de assegurar gratificação natalina aos médicos-residentes.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade, com alteração.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PR-RJ), pela aprovação deste, do PL 7055/2010, e do PL 7328/2010, apensados, com substitutivo. Em 28/03/12

PL-267/2011

CIDA BORGHETTI - Acrescenta o art. 53-A a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação.
Em 28/03/12.

PLP-52/2011

AMAURI TEIXEIRA - Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir a limitação de empenho de dotações com seguridade social.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Danilo Forte (PMDB-CE), pela aprovação.
Em 28/03/12.

PL-1336/2011

SENADO FEDERAL - TASSO JEREISSATI - Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração dos seus dirigentes, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer da Relatora, Dep. Cida Borghetti (PP-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1624/2011, apensado.
Em 28/03/12.

PL-6812/2010

SENADO FEDERAL - EXPEDITO JÚNIOR - Altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Jhonatan de Jesus (PRB-RR), pela aprovação deste e do PL 366/2011, apensado, com substitutivo e pela rejeição do PL 2483/2007.

Em 04/04/12.

PL-3022/2008

LINCOLN PORTELA - Proíbe a comercialização, distribuição e uso de buzina de pressão à base de gás propanobutano, envasado em tubo de aerossol e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PSD-RJ), pela aprovação.

Em 11/04/12.

PL-7377/2010

PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre a concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo de 1958, 1962 e 1970.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Roberto de Lucena (PV-SP), pela aprovação deste, e da Emenda 3/2011 da CSSF, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2011 da CSSF, da Emenda 2/2011 da CSSF, da Emenda 4/2011 da CSSF, da Emenda 5/2011 da CSSF, e da Emenda 6/2011 da CSSF.

Em 11/04/12.

PL-7578/2010

PODER EXECUTIVO - Dá nova redação ao art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, que trata do patrocínio do Instituto GEIPREV de Seguridade Social.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PSD-RJ), pela aprovação.
Em 11/04/12.

PL-372/2011

MANUELA D'ÁVILA - Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para estender às pessoas portadoras de doenças graves a prioridade de atendimento.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 2365/2011, apensado.
Em 11/04/12.

PL-378/2011

REBECCA GARCIA - Dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Walter Tosta.

Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação.
Em 11/04/12.

PL-742/2011

ANDRÉ FIGUEIREDO - Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infra-estrutura, organização e promoção de eventos esportivos e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela aprovação.

Em 11/04/12.

PL-1019/2011

MANDETTA - Acrescenta o art. 128-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para criminalizar a recusa dos genitores a submeter-se a tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. José Linhares (PP-CE), pela aprovação. Em 11/04/12.

PL-1878/2011

JANETE ROCHA PIETÁ - Altera o inciso I do art. 1.829 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-ES), pela aprovação, com substitutivo.

Em 11/04/12.

PL-2776/2008

NEILTON MULIM - Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades de terapia intensiva e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade. Apresentaram votos em separado os Deputados Germano Bonow, Clodovil Hernandez, Janete Rocha Pietá, Miguel Martini e Jorge Tadeu Mudadalen.

Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste, e do PL 363/2011, apensado, com substitutivo.
Em 18/04/12.

PL-5338/2009

SENADO FEDERAL - EFRAIM MORAIS - Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 66 (sessenta e seis) anos.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. João Campos (PSDB-GO), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3382/2008, do PL 5018/2009, do PL 1538/2011, do PL 2890/2008, do PL 5373/2009, do PL 5761/2009, do PL 6447/2009, do PL 334/2011, e do PL 2047/2011, apensados. Em 18/04/12.

PL-116/2011

BETO ALBUQUERQUE - Cria o Certificado de qualidade e garantia de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação.

Em 18/04/12.

PL-5839/2009

DIMAS RAMALHO - Acrescenta o parágrafo único ao art. 116 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir o envio de correspondência informando que o segurado atingiu os requisitos mínimos para aposentadoria por idade ou tempo de contribuição.

Resultado: Aprovado o parecer por unanimidade.

Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 980/2011, apensado.

Em 25/04/12.

PL-5896/2009

PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, com emendas.

Em 25/04/12.

PL-512/2011

SENADO FEDERAL - MARISA SERRANO - Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação.

Em 25/04/12.

PL-856/2007

NEILTON MULIM - Estabelece a obrigatoriedade das farmácias e ervanárias a incluírem bula em seus medicamentos.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação deste, e do PL 808/2011, apensado, com substitutivo.

Em 09/05/12.

PL-3669/2008

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Altera o art. 89 da Lei nº 7.210, de 1984 - Lei de Execução penal - e os arts. 33 e 45 da Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação, com substitutivo.

Em 16/05/12.

PL-3669/2008

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Altera o art. 89 da Lei nº 7.210, de 1984 - Lei de Execução penal - e os arts. 33 e 45 da Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação, com substitutivo.

Em 16/05/12.

PL-6759/2010

SENADO FEDERAL - MARIA DO CARMO ALVES - Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 6917/2010, apensado.

Em 16/05/12.

PL-7353/2010

MARCOS MONTES - Altera a Lei nº 11.340, 07 de agosto de 2006, que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.”

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Pastor Eurico (PSB-PE), pela aprovação deste, e do PL 1855/2011, apensado, com substitutivo.

Em 16/05/12.

PL-7888/2010

ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação.

Em 16/05/12.

PL-5439/2009

MAURO NAZIF - Dispõe sobre o piso salarial do Nutricionista.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PR-RJ), pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2009 da CSSF, e do PL 6375/2009, apensado.

Em 23/05/12.

PL-329/2011

HUGO LEAL - Altera o caput do art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à empregada o direito a dois períodos de descanso de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar de seu filho até que este complete seis meses.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação.

Em 23/05/12.

PL-628/2011

NILDA GONDIM - Altera a redação de dispositivos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer da Relatora, Dep. Sueli Vidigal (PDT-ES), pela aprovação, com emenda.

Em 23/05/12.

PL-1322/2011

SENADO FEDERAL - GLEISI HOFFMANN - Altera os arts. 88 e 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para vedar a suspensão condicional do processo e a ação penal condicionada à representação nos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher, e o art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer prioridade às ações penais que especifica.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2451/2011, apensado.
Em 23/05/12.

PL-1445/2011

ROGÉRIO CARVALHO - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que “dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”, para acrescentar novas diretrizes à política nacional do idoso e garantias de prioridades aos idosos.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. José Linhares (PP-CE), pela aprovação. Em 23/05/12.

PL-2233/2007

CRISTIANO MATHEUS - Altera o art. 4º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para ampliar os parcelamentos de débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS das entidades sem fins econômicos para trezentas e sessenta prestações mensais.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Antonio Brito (PTB-BA), pela aprovação deste, e do PL 3592/2008, apensado, com substitutivo.
Em 30/05/12

PL-3310/2000

EULER MORAIS - Modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de possibilitar o saque do saldo da conta vinculada do FGTS para tratamento de saúde de parentes em 1º grau do titular acometidos da AIDS.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Rogério Carvalho (PT-SE), pela aprovação deste, do PL 3334/2000, do PL 3361/2000, do PL 3371/2000, do PL 3394/2000, do PL 4159/2001, do PL 4938/2001, do PL 4977/2001, do PL 2194/2003, do PL 4095/2004, do PL 6086/2005, do PL 7653/2006, do PL 1593/2007, do PL 2172/2007, do PL 1079/2011, do PL 4879/2005, do PL 5098/2009, e do PL 1695/2011, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2926/2004, do PL 4578/2004, do PL 4800/2005, do PL 4935/2005, do PL 3345/2008, do PL 8017/2010, e do PL 653/2011, apensados.

Em 30/05/12.

PLP-525/2009

FELIPE MAIA - Altera o Código Tributário Nacional, autorizando a prestação de serviços médicos, clínicos, hospitalares, em benefício de populações de baixa renda como forma de extinção do crédito tributário.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eleuses Paiva (PSD-SP), pela aprovação. Em 30/05/12.

PL-6845/2010

VALADARES FILHO - Institui o Programa Nacional do Esporte Solidário para o Idoso - PNESEI, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Pastor Eurico (PSB-PE), pela aprovação deste, e do PL 6887/2010, apensado, com substitutivo.

Em 30/05/12.

PL-7082/2010

SENADO FEDERAL - SERYS SLHESSARENKO - Altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Elcione Barbalho (PMDB-PA), pela aprovação.

Em 30/05/12.

PL-7500/2010

JORGE TADEU MUDALEN - Dá nova redação ao inciso II do art. 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, para dar competência aos Conselhos Federais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e ao de Educação Física para criar normas de referências relativas à proporcionalidade entre alunos e profissionais nos estabelecimentos que demandam as atividades por esses fiscalizadas.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação, com substitutivo.

Em 30/05/12.

PL-1622/2011

MIRIQUINHO BATISTA - Institui a Residência em Enfermagem e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação.

Em 30/05/12.

PL-942/2011

CARLINHOS ALMEIDA - Acrescenta o § 2º ao Art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de setembro de 1995, com o objetivo de dobrar o valor deduzido por dependente adotado ou sob guarda judicial, nas condições que especifica.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação.
Em 06/06/12.

PL-1854/2011

ROSANE FERREIRA - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Osmar Terra (PMDB-RS), pela aprovação.
Em 06/06/12.

PL-2886/2008

JOÃO DADO - Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para instituir o pecúlio para os aposentados que retornarem a exercer atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação.
Em 13/06/12.

PL-8049/2010

SENADO FEDERAL - ROMEU TUMA - Altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o peão de rodeio, o vaqueiro de vaquejada e seus assemelhados na categoria de contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eleuses Paiva (PSD-SP), pela aprovação.
Em 13/06/12.

PL-380/2011

REBECCA GARCIA - Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Padre João (PT-MG), pela aprovação deste.
Em 13/06/12.

PL-660/2011

NILDA GONDIM - Acrescenta dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 1990, para agravar penalidades por crimes e infrações administrativas cometidas contra a criança e o adolescente com deficiência.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Roberto de Lucena (PV-SP), pela aprovação.
Em 13/06/12.

PL-1042/2011

DR. UBIALI - Obriga as montadoras de veículos a oferecer modelos já adaptados à compradores portadores de deficiência com isenção de IPI, conforme a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação.

Em 13/06/12.

PDC-216/2011

MANDETTA - Susta a aplicação do Despacho proferido pelo Sr. Secretário de Direito Econômico referente ao Procedimento Administrativo nº 08012.002866/2011-99

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eleuses Paiva (DEM-SP), pela aprovação.

Em 13/06/12.

PDC-555/2012

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Saraiva Felipe (PMDB-MG), pela aprovação.

Em 27/06/12.

PL-4571/2008

SENADO FEDERAL - EDUARDO AZEREDO E FLAVIO ARNS - Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artísticos-culturais e esportivos.

Resultado: Aprovado o Parecer com complementação de voto por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1 da CDC, e da Emenda 2 da CDC.

Em 04/07/12.

PL-6964/2010

SENADO FEDERAL - LÚCIA VÂNIA - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Relator, Dep. Eleuses Paiva (PSD-SP), pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2010 da CSSF.

Em 04/07/12.

PL-579/2011

NILDA GONDIM - Dispõe sobre a preferência de assentos em áreas destinadas à alimentação nos shoppings centers e centros comerciais para as pessoas que especifica.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Paulo Foletto (PSB-ES), pela aprovação deste, com emenda.

Em 04/07/12.

PL-1009/2011

ARNALDO FARIA DE SÁ - Altera o art. 1584, § 2º , e o art. 1585 do Código Civil Brasileiro, visando maior clareza sobre a real intenção do legislador quando da criação da Guarda Compartilhada.

Resultado: Aprovado o Parecer com complementação de voto por Unanimidade.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação, com substitutivo.

Em 04/07/12.

PL-1631/2011

SENADO FEDERAL - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Resultado: Aprovado o Parecer por Unanimidade.

Parecer da Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 1813/2011, apensado.

Em 04/07/12.

PL-659/2011

NILDA GONDIM - Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 1990, para estabelecer prioridade em processo de adoção nos casos que especifica

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Celia Rocha (PTB-AL), pela aprovação, com substitutivo.

Em 22/08/12.

PL-751/2011

FLÁVIA MORAIS - Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir a elevação do valor do benefício previdenciário do idoso que necessite da ajuda de terceiros.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação, com emenda.

Em 22/08/12.

PL-909/2011

GABRIEL CHALITA - Estabelece preceitos para o aperfeiçoamento da política educacional brasileira dos sistemas públicos de ensino, para a permanência e o sucesso escolar de alunos com distúrbios, transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Aluizio (PV-RJ), pela aprovação.

Em 22/08/12.

PL-1527/2011

TIRIRICA - Altera o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, e dá outras providências, para prever a criação de programas de amparo às pessoas e famílias que exercem atividades circenses e de diversões itinerantes.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Neilton Mulim (PR-RJ), pela aprovação.

Em 22/08/12.

PL-1948/2011

ONOFRE SANTO AGOSTINI - Dispõe sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado a Deputada Erika Kokay.

Parecer do Relator, Dep. André Zacharow (PMDB-PR), pela aprovação deste, e do PL 2617/2011, apensado, com substitutivo.
Em 22/08/12.

PL-2040/2011

SENADO FEDERAL - CRISTOVAM BUARQUE - Acrescenta art. 26-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Walter Tosta (PSD-MG), pela aprovação deste, e do PL 2391/2011, apensado, com substitutivo.
Em 22/08/12.

PL-3161/2012

DIEGO ANDRADE - Altera o caput do art. 4º, da Lei nº 11.770 de 9 de setembro de 2008, para alterar regras da concessão de licença-maternidade.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação.
Em 22/08/12.

PL-6271/2009

MAURÍCIO TRINDADE - Dispõe sobre a inclusão obrigatória de assistentes sociais nas equipes do programa Saúde da Família.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Rogério Carvalho (PT-SE), pela aprovação, com emendas.

Em 05/09/12.

PL-174/2011

WELITON PRADO - Institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros - PLANHORT, fixa normas gerais para os entrepostos públicos de abastecimento alimentar, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Toninho Pinheiro.

Parecer do Relator, Dep. Padre João (PT-MG), pela aprovação, com substitutivo.

Em 05/09/12.

PL-538/2011

JOÃO DADO - Altera o art. 21 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para incluir o transporte desses produtos como atividade sujeita a licenciamento dos órgãos sanitários.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Alexandre Roso (PSB-RS), pela aprovação.

Em 05/09/12.

PL-2014/2011

ARNALDO FARIA DE SÁ - Altera o art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que “Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos -Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Antonio Brito (PTB -BA), pela aprovação.

Em 05/09/12.

PL-4569/2008

SENADO FEDERAL - MARCELO CRIVELLA - “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Vitor Paulo (PRB-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Em 31/10/12.

PL-1204/2011

ROMERO RODRIGUES - Estabelece a obrigatoriedade de as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todas as esferas de governo, publicarem relação dos medicamentos de uso contínuo disponibilizados nos Centros Especializados de Dispensação de Medicamentos Excepcionais - Cedmex, por meio dos respectivos portais oficiais na internet, e dá outras providências

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação. Em 31/10/12.

PL-1204/2011

ROMERO RODRIGUES - Estabelece a obrigatoriedade de as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todas as esferas de governo, publicarem relação dos medicamentos de uso contínuo disponibilizados nos Centros Especializados de Dispensação de Medicamentos Excepcionais - Cedmex, por meio dos respectivos portais oficiais na internet, e dá outras providências

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação. Em 31/10/12.

PL-7079/2010

SENADO FEDERAL - ALOIZIO MERCADANTE - Acrescenta parágrafo único ao art. 1.525 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar o requerimento de habilitação para o casamento por meio eletrônico.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Elcione Barbalho (PMDB-PA), pela aprovação, com substitutivo.

Em 07/11/12.

PDC-581/2012

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Rogério Carvalho (PT-SE), pela aprovação.

Em 14/11/12.

PL-3877/2004

SENADO FEDERAL - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - “ONGS” - Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, do PL 2312/2003, do PL 3841/2004, do PL 3982/2004, do PL 4259/2004, do PL 4574/2004, do PL 611/2007, do PL 644/2007, do PL 1880/2007, do PL 2118/2007, do PL 4366/2008, do PL 4507/2008, do PL 5070/2009, do PL 5950/2009, do PL 2764/2011, do PL 2864/2011, do PL 2730/2011, do PL 3328/2012, do PL 3583/2012, e do PL 385/2011, apensados, com substitutivo.
Em 05/12/12.

PL-7647/2010

MILTON MONTI - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Ocupacional e dá outras providências.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Sueli Vidigal (PDT-ES), pela aprovação deste, com substitutivo.

Em 05/12/12.

PL-2063/2011

EDUARDO BARBOSA - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, para adequá-la às disposições do art. 12 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Resultado: Aprovado o Parecer da Relatora Dep. Rosinha da Adefal.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação, com emendas.

Em 05/12/12.

PL-2286/2011

ROSINHA DA ADEFAL - Acresce artigo à Lei nº 8.987, de 1995 para reservar percentual das concessões, permissões ou autorizações de exploração do serviço de táxi para pessoas com deficiência.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Roso (PSB-RS), pela aprovação.

Em 05/12/12.

PL-2949/2011

ANTONIO BRITO - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. José Linhares (PP-CE), pela aprovação. Em 05/12/12.

PL-3251/2012

SENADO FEDERAL - PAULO BAUER - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, para estabelecer o pagamento em dobro do salário-família à segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com filho com idade de zero a 6 (seis) anos.

Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eleuses Paiva (PSD-SP), pela aprovação. Em 05/12/12.



VI - SUBCOMISSÕES

1- Subcomissão Especial Destinada a Avaliar os Avanços e Desafios das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em Nosso País

A criação da Subcomissão Especial destinada a avaliar os avanços e desafios das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em nosso País foi objeto do Requerimento nº 200/2012, de autoria coletiva dos deputados Paulo Rubem Santiago, Rogério Carvalho, Arnaldo Faria de Sá, Nazareno Fonteles, Amauri Teixeira, Carmen Zannotto, Simplicio Araújo e Antonio Brito.

A Subcomissão aprovou Plano de Trabalho em que se definiu seu objetivo geral, que consiste em “avaliar os avanços e desafios das políticas públicas sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil”. Estabeleceram-se ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) propor mecanismos e instrumentos político-administrativos que possam aperfeiçoar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do Brasil;
- b) propor iniciativas legislativas que possam promover a proteção e a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável à população do País.

Definiram-se as seguintes áreas prioritárias para o trabalho da Subcomissão:

- a) avaliação do sistema nacional de produção de alimentos;
- b) avaliação do sistema nacional de abastecimento alimentar;
- c) avaliação das políticas públicas de combate à fome, subnutrição e obesidade;
- d) Parlamento, participação popular e segurança alimentar e nutricional;
- e) lei da biossegurança e alimentos transgênicos no Brasil.

Os parlamentares integrantes da Subcomissão consideraram que foram alcançados seus objetivos, que consistem em avaliar os avanços e desafios das políticas públicas sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil; propor mecanismos e instrumentos político-administrativos que possam aperfeiçoar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do Brasil; e propor iniciativas legislativas que possam promover a proteção e a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável à população do País.

Concluiu-se que a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada tiveram muitos avanços nesta última década em nosso País, mas muitos desafios precisam ser ainda enfrentados pelos três entes federativos: a União, os Estados e os Municípios.

A Subcomissão traçou um diagnóstico da situação e apresentou recomendações e proposições para combater os problemas apresentados.

O Relatório foi aprovado no âmbito da Subcomissão no dia 06 de dezembro de 2012 e pautado na reunião deliberativa seguinte da Comissão, não tendo sido deliberado. O Presidente da Comissão, Deputado Mandetta, em decorrência do fim do ano legislativo, acordou com os membros da Comissão que o relatório seria encaminhado para apreciação na próxima sessão legislativa.

2- Subcomissão Especial para o Ordenamento da Formação de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde e da Educação Permanente na Área da Saúde

A Subcomissão Especial destinada a tratar do Ordenamento da Formação de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde e da Educação Permanente na Área da Saúde (RH—SUS) foi criada pela Comissão de Seguridade Social na sessão ordinária do dia 04 de abril de 2012, constituída em 25 de abril e instalada em 9 de maio a partir do Requerimento nº 172/2012, de autoria do Deputado Rogério Carvalho.

Foram nomeados os seguintes parlamentares como componentes titulares da Subcomissão: Deputada Célia Rocha, Deputado Dr Aluizio – Vice-Presidente, Deputado João Ananias - Presidente, Deputado Marcus Pestana e Deputado Rogério Carvalho - Relator; e, como suplentes, Deputado Chico D'Angelo, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Eleuses Paiva, Deputado Geraldo Resende e Deputada Nilda Gondim.

A partir daí, foram estabelecidos objetivos gerais e específicos, eixos temáticos a serem abordados, cronograma de trabalho e premissas metodológicas a serem observados na busca da consecução dos conteúdos propostos. Destaque-se que o cronograma de trabalho sofreu adiamentos e prejuízos em função do calendário eleitoral e da consequente dificuldade para a Subcomissão se reunir.

A Subcomissão elegeu, desse modo, os seguintes objetivos:

- Geral:

. regulamentação do “o art. 200, inciso III da Constituição Federal, que dispõe: “art. 200 – compete ao SUS, além de outras atribuições, nos termos da lei: III – ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde”.

- Específicos:

. avaliar os processos de formação e educação permanente na área de saúde, propondo as medidas cabíveis; identificar como se caracteriza uma profissão na área da saúde, e, passo seguinte, avaliar: (a) a evolução da profissão; (b) áreas de interação, mescla e de diálogo com outras profissões; (c) distribuição dos profissionais da saúde no território, (d) as necessidades do SUS (qual a profissão e qual a competência esperada do profissional), (e) a reserva regular desses profis-

sionais; e (f) os consensos e dissensos entre as profissões na área da saúde; propor mecanismos e instrumentos que possam aperfeiçoar as regras, a formação e a educação permanente na área da saúde e propor iniciativas que possam promover a interação, a cooperação, a regulação, a formação das profissões na área da saúde.

Três eixos temáticos e suas respectivas indagações referenciais também foram definidos com vias a orientar o desenvolvimento dos trabalhos:

- 1º Tema – formação dos recursos humanos na área da saúde.
- 2º Tema – distribuição e fixação profissional na área da saúde.
- 3º Tema – regulação profissional.

Durante os trabalhos da Subcomissão foram realizadas as seguintes atividades e visitas:

1) Mesa Redonda, realizada em 21 de agosto de 2012, período matutino e vespertino, na Câmara dos Deputados, com as seguintes entidades: ABEM; ABEN; ABO; SGETS; ABRASCO; CRUB; CFM; FENAM; FNE; COFITTO; FNO; CFFA; COFEN; CNRM; CNRMS; CFN; EBSERH; SIMEC; CFO e CNS;

2) Missão Internacional ao Reino da Bélgica, no período de 3 a 8 de dezembro de 2012, para conhecer o Sistema de Saúde Belga, e especialmente aspectos da organização de recursos humanos e da educação permanente dos profissionais da Saúde.

O Relator concluiu sobre a necessidade de “aprofundamento do tema, especialmente sobre a relação entre o Ministério da Educação e Saúde e seus efeitos intragovernamentais”.

O principal objetivo colimado foi, no entender do relator, alcançado: o de poder modelar uma proposta de organização para o setor, baseada na situação atual do tratamento dado à questão dos recursos humanos no âmbito do SUS, cotejada com experiências importantes em nível internacional.

O Relatório foi aprovado no âmbito da Subcomissão no dia 18 de dezembro de 2012 e pautado na reunião deliberativa seguinte da Comissão, não tendo sido deliberado. O Presidente da Comissão, Deputado Mandetta, em decorrência do fim do ano legislativo, acordou com os membros da Comissão que o relatório seria encaminhado para apreciação na próxima sessão legislativa.

3- Subcomissão Especial Destinada a Analisar e Diagnosticar a Situação em que se Encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde

Por iniciativa do Deputado Antonio Brito, a Comissão de Seguridade Social e Família criou uma Subcomissão Especial para analisar com profundidade a situação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. A subcomissão foi instalada e o deputado, autor do requerimento, designado relator da matéria.

Em seu relatório, Brito demonstra a importância do setor para o atendimento da saúde do povo brasileiro, sendo responsável por 45% das internações do SUS, além de responder pelo maior volume das cirurgias oncológicas, neurológicas, transplantes e outras de alta complexidade realizadas no âmbito do sistema. Desta forma, as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos são parceiros imprescindíveis para o Sistema Único de Saúde.

Apesar disso, o que se observa é a contínua defasagem entre os custos e a remuneração dos serviços prestados ao SUS. Segundo levantamento, de cada R\$ 100 gastos no atendimento aos pacientes, o SUS só ressarce R\$ 65, gerando uma diferença de 54%. No ano de 2011, os números apontam para um déficit de R\$ 5,1 bilhões para o setor filantrópico contratado pelo SUS: de um custo de R\$ 14,7 bilhões por serviços prestados, apenas R\$ 9,6 bilhões foram remunerados.

Esta defasagem vem levando a um crescente endividamento do setor, fazendo com que a dívida saltasse de R\$ 1,8 bilhão em 2005 para R\$ 5,9 bilhões em 2009, e este ano já superou a casa dos R\$ 11 bilhões. Se nada for feito, em 2013 este número chegará a R\$ 15 bilhões. A velocidade de crescimento desta dívida só não é ainda maior porque o setor injeta todos os anos algo em torno de R\$ 2 bilhões de outras fontes de arrecadação. Em outras palavras, o setor vem contribuindo para o financiamento do Sistema Único de Saúde.

Tão preocupante quanto o valor desta dívida é o seu perfil, pois quase R\$ 5 bilhões, ou seja, 44%, são relativos ao setor financeiro, outros 24,5% aos fornecedores e mais 25,5% referem-se a impostos e contribuições não recolhidos. O restante refere-se a passivo trabalhista e outras dívidas.

O relatório apresentado sugere uma série de medidas que poderiam ser adotadas para sanar o problema. Uma das principais é o reajuste na tabela de procedimentos do SUS em 100% sobre os 100 procedi-

mentos de internação com maior incidência, correspondentes a 84% das internações e 81% dos valores pagos. Este reajuste significaria um impacto da ordem de R\$ 6,8 bilhões, considerando todos os prestadores, e de R\$ 4 bilhões para o setor filantrópico.

Outra proposta é a revisão do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS, com a abertura para uma nova etapa de adesão e previsão de Incentivo à Contratualização por parte do Ministério da Saúde. Nesta mesma linha foram apresentadas as propostas para Adequação dos Hospitais de Pequeno Porte (HPP) no SUS; Programa de investimento na rede de hospitais sem fins lucrativos vinculados aos SUS; investimento em pessoal e programas de requalificação dos profissionais; renegociação da dívida fiscal e transferência da dívida com bancos privados para instituições públicas com alongamento do prazo e juros subsidiados.

Para o relator, ficou claro que soluções eventuais, ou mesmo propostas bem estruturadas sem o devido aporte de recursos, mostraram-se insuficientes para estancar o ininterrupto processo de subfinanciamento do setor. “Faz-se necessária uma política de Estado com medidas consistentes e duradouras”, afirmou o Deputado Antonio Brito.

O Relatório foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Seguridade Social e Família.



VII - EMENDAS DA COMISSÃO

1- Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

Emendas de Meta

01- Emenda de inclusão de meta – **“Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada”**

Ação: Atenção Especializada em Saúde Mental; META: 27 Entes Federativos apoiados;

02 – Emenda de inclusão de meta - **“Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher”**

Ação: Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher; META: 100.000 mulheres beneficiadas;

03 – Emenda de inclusão de meta - **“Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde”**

Ação: Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde; META: 30 projetos apoiados;

04 – Emenda de inclusão de meta - **“Implantação de Política Nacional de Câncer”**

Ação: Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON; META: 27 centros implantados;

05 – Emenda de inclusão de meta - **“Implantação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência”**

Ação: Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência; META: 1.000.000 pessoas com deficiência beneficiadas;

Emendas de Texto

01 - Emenda de texto aditiva - **“Art. 55- Inclui alínea “c” ao inciso I”**.

Texto proposto: “c) construção e ampliação”;

02- Emenda de texto modificativa - **“Art. 51 - Altera inciso I, do parágrafo único”**.

Texto proposto: “I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente; ou”;

03- Emenda de texto aditiva - **“Financiamento de laboratórios”**.

Texto proposto: “m) financiamento para o parque industrial da saúde, de fármacos e de equipamentos, visando o desenvolvimento tecnológico e a substituição de importações de remédios, insumos e equipamentos para a prestação dos serviços de saúde.”;

04 - Emenda de texto modificativa - **“Tuberculose”**.

Texto proposto: “e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com: 1) HIV - Vírus da Imunodeficiência humana; 2) Hepatites virais; 3) Tuberculose; 4) Hanseníase; 5) Malária; e ou; 6) Dengue.”;

05 - Emenda de texto modificativa - **“Estruturação de Laboratórios Públicos Oficiais”**.

Texto proposto: “Art. 4º - As prioridades da Administração Pública Federal para o exercício de 2013, atendidas as despesas contidas no anexo V e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, ao Programa Brasil sem Miséria e a Estruturação, Fomento e Modernização dos Laboratórios Públicos Oficiais da Área da Saúde, as quais terão procedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.”;

06 - Emenda de texto aditiva - **“Inclui alínea “d” no inciso VIII do § 1º do artigo 18”**.

Texto proposto: “d) que por disposição legal ou estrito interesse público seja membro de entidades associativas formadas por agentes públicos para realizar atividades de interesse público, em especial as de

representação e articulação federativa de políticas públicas sociais”;

07 – Emenda de texto modificativa - **“Altera o inciso I do § 3º do artigo 55”**.

Texto proposto: “ I – O Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS e o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, a União Nacional dos Dirigentes de Educação – UNDIME, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS e o Fórum Nacional de Secretarias de Assistência Social – FONSEAS”;

08 - Emenda de texto aditiva- **“Art. 55 - Inciso XII”**.

Texto proposto: “XII - aplicação em despesas correntes, inclusive para custeio de entidades sem fins lucrativos nas áreas de assistência social, saúde e educação.”

2- Emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA

01- **Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS**- Nacional.
Ação: 116V - Funcional: 09.271.2061.116V.0001-
valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);

02 - **Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade** - Nacional.
Ação: 2A65 - Funcional: 08.244.2037.2A65.0001 - valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

03 - **Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário para a prevenção e o controle de doenças e outros agravos, em municípios com população de até 50.000 habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou RIDE** – Nacional.
Ação: 20YH - Funcional: 10.512.2068.20YH.0001 - valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

04 - **Estruturação de Laboratório Oficial Público e Produção de Medicamentos, Soros, Vacinas e Insumos Estratégicos - Aparelhamento, Reforma e Produção** - Nacional.
Ação: 2E47 - Funcional: 10.303.2055.2E47 - valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).



VIII - QUADRO ESTATÍSTICO

PROJETOS E REQUERIMENTOS APRECIADOS

PROJETOS E REQUERIMENTOS APRECIADOS

PROJETOS		
Aprovados	Rejeitados	Total
123	50	173

Fonte: CSSF

REQUERIMENTOS		
Aprovados	Rejeitados	Total
112	0	112

Fonte: CSSF

REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO	QUANTIDADE
Reuniões Deliberativas	23
Audiências Públicas	38
Seminários	3
TOTAL	64

Fonte: CSSF